

MAIS PERIGOSO QUE O “VOIP” É O “DOIP”

Realizou-se no passado dia 13 de Julho uma reunião promovida pela PT com todas as organizações representativas dos trabalhadores do Grupo.

Essa reunião, presidida pelo Eng. Iriarte Esteves, Vice-Presidente da PTC, teve como objectivo dar a conhecer aos representantes dos trabalhadores os desenvolvimentos que se têm estado a verificar de forma vertiginosa no sector onde estamos inseridos nomeadamente, clarificar a decisão de implementar o SAPO MESSENGER e as potencialidades que daí advêm, designadamente no “VOIP” Voice Over Internet Protocol.

PODEMOS SINTETIZAR A INTERVENÇÃO DO ENG. IRIARTE ESTEVES:

- ☉ A PT está atenta aos desenvolvimentos do mercado e está tecnologicamente preparada para, no momento que considerar oportuno, dar resposta à concorrência;
- ☉ Isto é possível porque é possuidora de um grande poder económico e de tecnologia avançada, desenvolvida pela PT-Inovação, a empresa para a área da Investigação e Desenvolvimento do Grupo, factores que são uma grande vantagem competitiva face a uma concorrência que não investe nem tem rede própria;
- ☉ Num futuro próximo ir-se-ão dar transformações profundas nos serviços suportados pela rede fixa e, em resultado disso, a empresa terá de se empenhar em fazer um grande esforço na formação profissional, nomeadamente na área da Internet;
- ☉ Há serviços que, pela sua especificidade, não podem ser preenchidos por trabalhadores da casa por não terem formação adequada para o efeito e, por esse facto, esses serviços vão ser operados por trabalhadores expressamente contratados no exterior já com experiência nas novas tecnologias.
- ☉ A PT já não é apenas um Grupo Empresarial de telecomunicações tradicional, mas sim um Grupo de comercializa sistemas integrados de informação e segurança.

Foi pena que esta reunião não tivesse sido feita o ano passado quando alguns sindicatos solicitaram uma reunião ao Presidente da PT, Dr. Horta e Costa, em plena época de férias.

Fazemos esta afirmação porque cremos que teria sido muito útil para melhor compreender o que se passou na revisão do AE PTC 2005 e por que razão a PTC fez tanta pressão para acordar determinadas matérias, nomeadamente a questão das carreiras profissionais que referimos no comunicado anterior e a questão da adaptabilidade dos horários de trabalho.

De facto, as alterações que se irão verificar na organização da PTC para responder eficazmente aos desafios do futuro justificam o esforço que fez para conseguir construir uma verdadeira auto-estrada, de forma graciosa, por onde poderá caminhar quando entender e a qualquer velocidade sem ser obrigada a dar satisfação a ninguém. Não sabemos a data da sua inauguração mas presumimos que ela se verificará a partir de 2006, para diluir no tempo o impacto negativo para os trabalhadores das alterações contratuais que conseguiu.

ARMAM O “INIMIGO” E DEPOIS AMEAÇAM-NO COM A “GUERRA”

Que sentido faz pôr como título num comunicado “**O PROJECTO VOIP, UM DESAFIO COM EVENTUAIS CONSEQUÊNCIAS QUE É PRECISO ESTAR ATENTO E COMBATER**” e dizer nesse comunicado que “**AS NOVAS TECNOLOGIAS NÃO ASSUSTAM**” ... “**O QUE ASSUSTA SÃO AS SUAS CONSEQUÊNCIAS**” e que se “no contexto do Projecto VOIP ... trouxeram prejuízos para os trabalhadores, terão a oposição e o combate necessário” como o fez o SINTTAV no seu comunicado no 7 de Julho de 2005? São afirmações verdadeiras mas que perdem o seu significado, tornando-se até demagógicas, por serem proferidas por um sindicato que no AE de 2005 dotou a empresa de mecanismos que, conjugados com outros que esta já detinha, lhe permite agravar as consequências da introdução das novas tecnologias sobre os trabalhadores.

Por que razão são reivindicadas até à exaustão questões como a formação profissional que a própria empresa afirma e reafirma que vai ministrar? A PTC não tem alternativa se quiser levar a bom porto os projectos que enunciou na referida reunião. Para além disso, a lei obriga a que a empresa ministre anualmente formação certificada a pelo menos 10% dos efectivos.

Por outro lado pouco se reivindica em relação a questões que se reflectirão sobre os trabalhadores como seja: Maior responsabilidade, mais polivalência, maior carga de trabalho, que não são compensadas com melhores salários e para um número significativo de trabalhadores, traduzir-se-á em quebras importantes nos seus proveitos mensais.

Não será com o plano de carreiras que a empresa pretende implementar que tal se vai conseguir porque não é isso que a anima. Se assim fosse ela não teria necessidade de condicionar fortemente os sindicatos como o fez protocolarmente.

Faz algum sentido que trabalhadores que laboraram anos a fio em regime de prevenção, quando a empresa deles necessitava, vejam os seus rendimentos anuais serem bruscamente reduzidos na ordem dos 2000 a 2500 euros (400 a 500 contos), porque a empresa não precisa que continuem a laborar naquele regime? A PTC já o começou a fazer recusando implementar qualquer medida que dilua no tempo o impacto negativo dessa quebra!

Será razoável que, por via da aplicação da adaptabilidade dos horários de trabalho, a empresa possa reduzir os rendimentos de outros trabalhadores que laboram naquele regime em montantes semelhantes, como todos os Sindicatos sabem mas alguns ainda fingem não saber? Será necessário a empresa começar a “fazer sangue”, como o fez com as progressões nos níveis de nomeação, para que esses sindicatos acordem para o problema?

Ao mesmo tempo que abriam uma auto-estrada para a empresa, o caminho que é deixado para os trabalhadores percorrerem está completamente minado e alguns, ao percorrê-lo, ficarão para sempre marcados pela deflagração das minas que foram obrigados a pisar.

O VOIP e outros serviços poderão causar apreensões aos trabalhadores, mas há um outro serviço que está e pode continuar a agravar os efeitos daqueles. Referimo-nos ao serviço DOIP “Demagogy Over Internet Protocol” serviço esse largamente utilizado, com resultados nefastos, pelos sindicatos mais representativos da PT.

Porque não aceitamos a tese de que “é tudo a mesma coisa”, nós, STT, acreditamos que ainda é possível salvar algo do que se perdeu na revisão do AE 2005. Por isso continuamos a pugnar para que se encontre uma solução que atenuar os efeitos negativos que, como insistentemente afirmamos, e a prática comprovará, recairão sobre os trabalhadores.

Lisboa, 25 de Julho de 2003

A Direcção do STT